

TOMBAMENTO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL: EXPERIÊNCIA DA VILA MARIA ZÉLIA, SÃO PAULO-SP

SIMONE SCIFONI UNIVERSIDADE SÃO PAULO, SÃO PAULO, SÃO PAULO, BRASIL

Geógrafa, doutora em Geografia, docente do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da Universidade de São Paulo (USP).

Trabalho realizado com recursos do Departamento de Patrimônio Histórico (DPH) - Secretaria Municipal de Cultura - Prefeitura Municipal de São Paulo.

E-mail: simone.geo@usp.br.

DOI

<http://dx.doi.org/10.11606/issn.1980-4466.v0iesp22p176-192>

TOMBAMENTO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL: EXPERIÊNCIA DA VILA MARIA ZÉLIA, SÃO PAULO-SP

SIMONE SCIFONI

RESUMO

Os anos 1980 marcaram o campo da preservação, no Brasil, como o momento em que novos objetos de atuação foram incorporados ao corpus patrimonial. O tombamento de vilas operárias, armazéns, fábricas, mercados, estações ferroviárias, quilombos e terreiros de candomblé, além de ampliar a representatividade social até então existente nesse conjunto do patrimônio, também trouxe à tona novas questões. A renovação conceitual, entretanto, não se realizou plenamente, na medida em que os procedimentos e a gestão desse patrimônio continuam ocorrendo de forma discricionária, sem diálogo e interlocução local. O presente artigo busca discutir essa questão a partir da problemática envolvida no tombamento de uma vila operária na cidade de São Paulo, apresentando, para tanto, as recentes iniciativas de aproximação local, patrocinadas pelo órgão municipal de preservação do patrimônio cultural.

PALAVRAS-CHAVE

Tombamento. Participação social. Vilas operárias.

HERITAGE LISTING AND SOCIAL PARTICIPATION: THE VILA MARIA ZÉLIA EXPERIENCE IN THE CITY OF SÃO PAULO-SP

SIMONE SCIFONI

ABSTRACT

The 1980s are remembered in the field of heritage preservation in Brazil as a time when new asset categories were added to the country's cultural heritage register. In addition to improving the representativeness of different social groups in the heritage list, the preservation of workers' villages, warehouses, factories, markets, railway stations, quilombos and candomblé temples also brought to light new issues. However, this conceptual renewal was never fully implemented, as the procedures and management of the heritage list continue to be carried out on a discretionary basis, without dialogue or negotiations with local agents. This paper aims to examine this issue based on the questions concerning the listing of a workers' village in the city of São Paulo. To that effect, it presents the most recent initiatives to engage the local population, sponsored by the municipal cultural heritage preservation agency.

KEYWORDS

Heritage listing. Social participation. Workers' villages.

1 INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo é apresentar algumas reflexões sobre o tema da habitação como patrimônio a partir de uma experiência desenvolvida na Vila Maria Zélia, conjunto tombado em duas esferas de proteção (estadual e municipal) e situado na zona leste da cidade de São Paulo. Essa experiência envolveu técnicos de órgãos de preservação, professores e alunos da Universidade de São Paulo, moradores, grupos que atuam em cultura e associações locais, em um esforço coletivo de construção de práticas de gestão compartilhada do patrimônio¹. Neste sentido, o presente artigo procura iluminar algumas condições específicas em relação ao tema da habitação como patrimônio, ou seja, a particularidade do debate quando se trata de um determinado sujeito social, o trabalhador/operário. Para tanto, dividiu-se a discussão em três momentos.

Em princípio pretende-se explicitar a importância desse patrimônio operário, de maneira a superar aquela visão que o tem vinculado essencialmente ao projeto arquitetônico/urbanístico e ao seu agente financiador,

1. Débora Regina Leal Neves, Elisabete Mitiko Watanabe e Carolina P. Soares (Condephaat), Raquel F.S. Contier e Dulcilei Cipriano (DPH), Louise Lenate F. da Silva e Doris Lenate (Associação Cultural Vila Maria Zélia), Luis F. Marques (Grupo XIX), Simone Scifoni, Jordi Atius Ximenes, Fernanda Oliveira de Almeida e Samiyah Becker (Geografia USP), Sandra Marciano e Thais Freitas de Souza (Instituto Memórias do Brasil) e Marcella Eiras, Lana Santa'Ana e Andreia Deodato (Cidade Paralela).

o capital industrial. Trata-se de construir outra narrativa e leitura desse patrimônio que seja menos reificadora dos valores arquitetônicos e celebrativa das forças do capital e do empresariado brasileiro, valorizando, em contrapartida, a memória construída em torno do cotidiano, das lutas pelo trabalho e da presença de um determinado sujeito social, o operariado urbano. Na sequência, apresenta-se a problemática envolvida no tombamento da vila operária pelos órgãos de preservação estadual e municipal (respectivamente, Condephaat e Conpresp²), bem como as circunstâncias e razões que levaram à concepção e ao desenvolvimento dessa experiência de gestão compartilhada do patrimônio, denominada de Oficinas de Memória Vila Maria Zélia. Trata-se de uma iniciativa que buscou a aproximação entre as instituições de tutela do patrimônio e os moradores do conjunto tombado, e que revela as enormes dificuldades e obstáculos para a construção de um diálogo necessário.

Por fim, apresentam-se algumas proposições de olhares possíveis sobre o tema da habitação como patrimônio, levando em conta a especificidade que traz a sua consideração a partir desse sujeito social, o operariado.

2 O PATRIMÔNIO OPERÁRIO

A Vila Maria Zélia é considerada um exemplar único de habitação operária do início do século XX, em São Paulo. Ela foi objeto de estudos extensivamente tratado em produções acadêmicas que se transformaram em publicações muito conhecidas, como Blay (1985) e Teixeira (1990), o que coloca o desafio de tratar de um tema bastante conhecido. A Vila foi construída entre os anos de 1912 e 1916, nos arredores paulistanos, a leste do embrião central da cidade, em um momento em que essa região não fazia parte do limite propriamente urbano e dele se encontrava separada pela grande várzea do Rio Tamanduateí, chamada de Várzea do Carmo.

Por isso mesmo essas terras foram consideradas, durante muito tempo, “a outra cidade” (ANDRADE, 1991). Ao final do século XIX, elas

2. Respectivamente, Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo e Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo.

tomam a forma de um conjunto de bairros industriais e operários, que foram denominados pela autora como bairros do além-Tamanduateí. Segundo a autora, a ocupação dessas terras baixas a leste ocorreu devido a processos de segregação espacial e social, que empurraram certos grupos de população e de atividades econômicas para além do que era considerada a “cidade”. Destinados a receber as grandes fábricas do primeiro surto de industrialização paulistano e, conseqüentemente, seus trabalhadores, esses arredores a leste da várzea, segundo a autora, vivenciaram a industrialização e urbanização como processos concomitantes, ao alvorecer do século XX. Assim sendo, nesse período, os bairros do além-Tamanduateí, tais como o Brás, Belenzinho e Mooca, foram incorporados pouco a pouco à cidade à medida que se resolvia o obstáculo das terras baixas e úmidas da grande várzea com as obras de saneamento, drenagem e aterramento.

Muitas das maiores fábricas daquele primeiro momento de industrialização paulistana se encontravam nestes bairros, tais como a Companhia Antártica Paulista (1888), o Cotonifício Crespi (1897), a Tecelagem Mariângela (1904), e entre elas, a Companhia Nacional de Tecidos de Juta, que deu origem à Vila Maria Zélia. Segundo Teixeira (1990), o presidente da companhia, e também médico, Jorge Street, em 1908 resgatou recursos em empréstimo para a construção da fábrica no Belenzinho e edificação da vila operária em uma propriedade que ia da Avenida Celso Garcia em direção ao norte, até o Rio Tietê.

A Vila foi construída como um conjunto que compreende 198 casas de seis diferentes tipos, um alojamento para solteiros e vários equipamentos de uso coletivo, tais como uma capela, duas escolas (de meninas e de meninos), um prédio com creche e jardim da infância, outros dois para a farmácia e restaurante, esse último onde funcionava, também, a sapataria e um salão de baile, no pavimento superior, segundo estudo feito por Teixeira (1990). Havia, também, campo de futebol e quadra de bocha.

A fábrica manteve-se em atividade até começo da década de 1930, mas mudou de proprietário e, em seguida, foi vendida ao Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Industriários (IAPI), de acordo com informações do parecer de tombamento (CONDEPHAAT, 1985). Entre 1936 e 1937, funcionou como presídio político, segundo essa mesma fonte. Em 1939, uma parte desse conjunto foi demolida, quando, com a fábrica, foi

vendida à empresa Goodyear. Desapareceram, assim, o coreto, a creche e o jardim da infância e a Rua Um.

Sob a administração do IAPI os moradores continuaram nas casas, pagando aluguel, até que a partir de 1969 elas foram vendidas com financiamento do Banco Nacional de Habitação (BNH). Um pouco mais tarde, em 1976, o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) demoliu a sede do Clube Esportivo e Social Maria Zélia, um dos mais antigos e tradicionais da cidade, e junto dele desapareceu, também, o campo de futebol de várzea, sendo o terreno ocupado pela construção de um hospital. Ao se tornarem proprietários de suas casas os moradores foram reformando os imóveis à medida de seus poucos recursos, ampliando as cozinhas, trazendo o banheiro para dentro da casa e estendendo a construção em direção aos pequenos quintais (CONDEPHAAT, 1985). A Vila foi, assim, transformando-se, quer pela perda das antigas edificações e espaços coletivos, quer pela atualização da moradia operária em face às novas necessidades do cotidiano urbano.

Apesar de sua importância ter sido destacada pioneiramente nos estudos da Coordenadoria de Gestão de Pessoas (COGEP) para a Zona Leste, em 1977, o primeiro instrumento legal de proteção desse patrimônio somente ocorreu em 1985. A abertura do estudo de tombamento pelo Condephaat foi motivada pela informação de que o então proprietário tinha a intenção de demolir a Escola das Meninas e ocupar o terreno com novo uso. A finalização do estudo ocorreu em 1992, no mesmo momento em que o Conpresp tombou a Vila e a fábrica.

Constatam-se, de acordo com os documentos referentes a esses dois tombamentos, que a narrativa construída para justificar a importância desse bem cultural vinculou-o essencialmente à história dos trabalhadores e à temática da habitação operária. Dentre os principais significados da Vila Maria Zélia como patrimônio cultural, a historiadora do Condephaat destacava que ela permitiria discutir as condições de existência e de reprodução da força de trabalho do operariado nas primeiras décadas da industrialização, além de se constituir um marco de um tipo de ocupação do espaço urbano, a pequena cidade proletária próxima à unidade de produção (DECCA, 1987). A Resolução de Tombamento do Conpresp (n. 39/1992) ressaltava como justificativa inicial de tombamento a importância da memória dos moradores e dos trabalhadores, para, em seguida,

ênfatisar os valores urbanísticos representados nas soluções utilizadas e o valor histórico-arquitetônico.

Em ambos os casos, a vinculação imediata à possibilidade de se pensar em um patrimônio operário e em uma história dos trabalhadores aparecia como questão central no início dos anos 1990. Isso se colocava como parte de um processo de renovação conceitual que vinha desde os anos 1980, conforme estudado por Rodrigues (2000), e que foi responsável pela atribuição de valor a objetos ligados ao cotidiano e o trabalho, tais como mercados, estações ferroviárias, casas de trabalhadores, terreiros de candomblé, entre outros. Entretanto, essa forma de olhar o bem tombado foi se perdendo ao longo do tempo. A forma como este bem cultural tem sido visto e tratado mais contemporaneamente distancia-se, assim, de uma história e trajetória do trabalhador e da memória operária para situá-lo quase que exclusivamente como objeto arquitetônico, fruto de um personagem principal, Jorge Street. Apresentar a Vila Maria Zélia destacando-a como “obra de um industrial preocupado com a questão social”, como faz o *Guia de bens culturais da cidade de São Paulo* (DPH, 2012, p. 286), sinaliza uma abordagem muito mais celebrativa do capital e desvincula o bem cultural de sua principal significância e sentido social.

Nesse sentido, é preciso mais uma vez reconstruir a narrativa original do estudo de tombamento, iluminando os principais significados deste patrimônio cultural. Em primeiro lugar, trata-se de um patrimônio representativo de um determinado sujeito social, o operariado, que foi tornado invisível na sociedade atual, apesar desta ser, cada vez mais, uma sociedade produtora de mercadorias fabris. Este sujeito social foi e é fundamental na construção da riqueza e da pujança paulista, riqueza que aparece erroneamente como produto do capital, mas que é, na verdade, resultado do trabalho vivo, criador de valor (MARX, 1985).

Em segundo lugar, o significado deste patrimônio se vincula ao fato de que esse tipo de morar operário – a vila – se apresenta em oposição ao que era o principal tipo de habitação do conjunto dos trabalhadores fabris, os cortiços. As vilas trazem o significado social da moradia considerada higiênica, frente à habitação insalubre dos cortiços. Trazem o significado econômico daquilo que se torna um negócio lucrativo para seus investidores, ao combinar renda pelo aluguel com a exploração do trabalho nas fábricas

(RAGO, 2014). É na oposição entre ambas e na função da vila e da casa como disciplinadora do que se considerava “maus hábitos e vícios” do trabalhador que se situa o horizonte de sentidos deste bem cultural.

O seu significado vincula-se, também, à história das lutas de classes no Brasil na medida em que ocorre, no seio do operariado organizado, a recusa e a condenação das vilas operárias e, em particular, a Vila Maria Zélia. O movimento operário, de raiz anarquista, viu nas vilas, em especial na Maria Zélia, o controle e a sujeição do trabalhador. A Vila Maria Zélia aparece neste começo do século XX no centro da crítica do movimento operário, justamente pelo seu caráter de empreendimento modelo, uma cidadela fechada, um feudo, como denominou o jornal anarquista *A Plebe*.

No feudo Maria Zélia, um escândalo em foco.

Referimo-nos à fábrica Maria Zélia, a cujo redor a Companhia Nacional tecidos de Juta construiu uma cidadela isolada inteiramente do convívio social e onde a vontade patronal, tendo por servidores seus capatazes e o padre da igreja da Vila, impera discricionariamente, de maneira absoluta, encontrando-se os que por necessidade ali vivem numa situação de escravos livres. (*A Plebe*, 18 fev.1920 apud RAGO, 2014, p. 240)

3 A GESTÃO DO TOMBAMENTO DA VILA MARIA ZÉLIA E SEUS DESDOBRAMENTOS

Se, por um lado, houve conquistas importantes nas políticas de preservação, nos anos 1980, como já foi assinalado, com avanços conceituais como a ampliação da noção de patrimônio, por outro lado, a renovação não atingiu os procedimentos e a gestão dos tombamentos. No caso da Vila Maria Zélia, tombou-se a casa única do trabalhador da mesma forma que se preservava a sede de fazenda, a igreja católica ou um palacete urbano. Isso gerou uma série de problemas ao longo do tempo, o que criou uma relação conflituosa dos moradores com os órgãos de preservação. A seguir, indicam-se alguns problemas explicitados no processo de escuta recente com os moradores, no projeto Oficinas da Memória.

Em primeiro lugar, a falta de esclarecimento geral sobre o significado do tombamento, que foi fruto de uma atuação não presencial na Vila que foi se perpetuando no tempo. Uma atuação burocrática e de gabinete, sem diálogo e comunicação com os moradores e que ocorreu em uma realidade

de bairro popular, de trabalhadores que não dispõem de advogados ou assessoria de arquitetos para compreender o significado real da legislação em suas vidas cotidianas ou simplesmente para contestar judicialmente tal medida. Alguns moradores receberam a notificação do Condephaat via Correios, outros por sua vez nem sequer foram notificados, ficando a dúvida em relação ao que estava efetivamente tombado. Além disso, a resolução do Conpresp estabeleceu quatro níveis diferentes de proteção: da situação mais restritiva (proteção integral, nível 1), passando à preservação de elementos externos (nível 2) e pela proteção somente de ornamentos de fachada e cobertura (nível 3) e de restrição de altura, recuo e ambiência (nível 4, de área envoltória). Em vista de tal complexidade, os moradores tiveram muitas dificuldades em compreender a razão pela qual alguns poderiam reformar suas casas e outros só poderiam fazer pequenas mudanças. Sobre essa postura das instituições, os moradores relatam que:

Uma coisa que eu acho importante que fique registrado é que o processo de tombamento se deu totalmente à revelia da comunidade, sem acompanhamento do poder público e, assim, hoje o poder público culpabiliza os moradores. Além do crescimento das famílias, as casas foram caindo: cupim, telhado furado... há todo um problema, também, com a durabilidade do material, das construções. Vários fatores levaram os moradores a irem reformando, e além dessa revelia total, é a incompreensão de ouvir a comunidade. Porque quando chegam as cartinhas é só multa e processo. (Morador A, depoimento. SCIFONI, 2015)

Essa gestão (do patrimônio) não deve se limitar somente aos bens materiais, mas inserir as pessoas que estão usufruindo esses bens materiais, e infelizmente não foi o que aconteceu. (Morador B, depoimento, SCIFONI, 2015)

Sem saber exatamente o que representava o tombamento, os moradores foram, ao longo do tempo, reformando suas casas, atualizando-as frente às novas necessidades que foram surgindo, como quando a família foi crescendo ou os materiais construtivos do imóvel foram se deteriorando pelo tempo. Muitos moradores reclamaram do ataque de cupim no piso de madeira ou na estrutura do telhado, ou das necessidades de colocação de janela na sala, para melhorar a ventilação, principalmente nos meses de

verão, já que algumas casas só possuíam uma abertura na fachada, relativa à porta de entrada.

Agravou a situação o fato de que, ao longo dos anos, a subprefeitura aprovava as intervenções sem indicar a necessidade de consulta aos órgãos de patrimônio. Neste sentido, o morador com planta aprovada na subprefeitura não conseguia compreender por que a sua obra estava em situação irregular. A ausência de diálogo criou uma distância entre o órgão de proteção e os moradores, que somente se deram conta do que era efetivamente o tombamento quando, a partir de meados da década de 2000, começaram a receber as multas da municipalidade.

Em 2012 a situação se tornou crítica com o ajuizamento de uma ação civil pública por parte do Ministério Público Estadual, que transformou todos em réus do processo: os moradores, órgãos de patrimônio e INSS foram indicados como responsáveis pela deterioração do patrimônio tombado. Em audiência de conciliação promovida pelo Tribunal de Justiça do Estado, realizada em abril de 2015, ficou deliberado que os órgãos de patrimônio deveriam realizar um processo de recaracterização participativa na Vila, que deveria incluir tanto um levantamento da situação física dos imóveis, quanto o envolvimento da população em educação patrimonial. Estruturou-se, assim, com a assessoria da universidade e recursos do DPH, o projeto Oficinas de Memória Vila Maria Zélia, uma experiência de gestão compartilhada do tombamento, por meio da promoção de esforços de diálogo entre as instituições públicas e os moradores e que ocorreu no período de agosto a dezembro de 2015, período extremamente curto para atender aos prazos da Justiça.

Para tanto, essa experiência objetivou criar momentos e espaços de diálogo entre os diferentes sujeitos da preservação, tendo como ponto de partida a valorização da memória coletiva, das narrativas construídas pelos seus moradores a partir da experiência vivida no lugar. Partiu-se do pressuposto de que a salvaguarda deste patrimônio operário e do trabalho da cidade de São Paulo somente se efetivaria com o envolvimento de seus moradores, em um processo horizontal, dialógico e participativo.

Para atender a premissa da participação social e a interlocução local foram utilizadas estratégias de ação que fazem parte do campo da educação patrimonial e que foram utilizadas em casos como o tombamento

do Centro Histórico de Iguape-SP e dos Bens da Imigração Japonesa em Registro-SP e Iguape, realizadas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), conforme explicitadas em Nascimento e Scifoni (2015a, 2015b).

A educação patrimonial é um campo privilegiado para atuação nesse sentido, desde que seja superada a perspectiva mais tradicional e conservadora como a que define ensinar como um processo vertical de transferência de informações: de quem sabe para quem não sabe; concepção que ignora a educação como processo dialógico em que se aprende e ensina, reciprocamente, a partir da valorização dos conhecimentos populares e empíricos do outro.

As estratégias de educação patrimonial utilizadas neste projeto foram, assim, baseadas nos novos pressupostos que têm sido concebidos pelo Iphan (2014). Essas ações fundamentaram-se em uma visão do processo educativo a partir do caráter dialógico, como possibilidade de construção coletiva de uma ideia de patrimônio cultural. Pautaram-se, também, nos princípios da educação patrimonial estabelecidos pela Rede Paulista de Educação Patrimonial (REPEP, 2014), tais como: a compreensão de que a educação patrimonial não é simplesmente difusão, mas, antes de tudo, ação cultural; a garantia da autonomia e centralidade dos sujeitos e respeito às diferentes narrativas, sentidos e interpretações atribuídas pelos grupos ao patrimônio; a importância de dialogar com as necessidades e condições das localidades nas quais se atua e compreender que o patrimônio cultural se transforma na medida em que é vivido e praticado.

A partir dessa concepção teórica, as estratégias de ação foram pensadas em três momentos, com diferentes objetivos, a saber: etapa formativa; sensibilização; e planejamento participativo.

A etapa formativa foi voltada aos grupos, coletivos, lideranças locais e órgãos de preservação. O objetivo era organizar coletivamente as ações de envolvimento nas outras etapas e, ao mesmo tempo, criar uma relação mais próxima e de confiança entre lideranças e técnicos dos órgãos de patrimônio para alicerçar o trabalho. Cabe destacar que a aproximação inicial na Vila foi marcada pela grande rejeição dos moradores às iniciativas dos órgãos de patrimônio, de forma que qualquer simples menção ao DPH e Condephaat causava um incômodo e recusa à possibilidade de diálogo. Foram, assim, dois meses (agosto e setembro) dedicados à insistência em

superar a desconfiança dos grupos locais para conseguir construir um espaço de diálogo. Um fato que contribuiu positivamente foi a existência, entre os moradores da Vila, de uma estudante do curso de arquitetura da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP), Louise Lenate F. da Silva, que teve um papel decisivo na articulação local.

Na sequência, a etapa de sensibilização (outubro/novembro) foi voltada aos moradores da Vila Maria Zélia e buscou envolvê-los na discussão a partir da escuta sobre suas memórias, inclusive as relacionadas ao que representou o tombamento em suas vidas cotidianas. Para tanto, foram organizadas duas atividades: uma roda de conversa sobre o que significa morar na Vila Maria Zélia e uma roda de memória com o tema “Quando a casa vira patrimônio”.

Como finalização da fase de sensibilização, foi elaborada a atividade “Cartografia da memória”, que buscou sinalizar as referências espaciais dentro do processo de memorialização dos moradores. A atividade teve a função de mapear as experiências de vida dos moradores articulando-as com as referências espaciais. A base para esse mapeamento foram entrevistas já realizadas com alguns moradores e os relatos da roda de conversa e da roda de memória, que foram transcritos. A metodologia de elaboração da Cartografia de memória procurou dividir e classificar os relatos por temas, buscando espacializar as experiências de vida no patrimônio, comparando diferentes temporalidades por meio de vários mapas e imagens de base (anos de 1930, 1972, 1992 e 2014).

A etapa final ocorreu em dezembro e constou de oficina de planejamento participativo. Ela teve como objetivo construir um espaço de discussão coletiva sobre a situação de conservação do patrimônio tombado, constituindo-se em um processo de escuta e de envolvimento dos vários sujeitos do patrimônio na definição das ações para a recuperação, conservação e valorização, ou seja, de uma agenda coletiva de trabalho. Os problemas levantados e as soluções indicadas foram registrados em um documento apresentado aos órgãos de preservação em uma reunião final.

Como resultados obtidos neste projeto destaca-se a criação de um espaço de articulação que promoveu uma experiência inédita de diálogo e de construção de soluções coletivas, envolvendo moradores no debate e reflexão

sobre a importância do patrimônio cultural, a partir de um olhar local e da interlocução com as comunidades. Tal espaço de diálogo ainda é frágil e precisa ser consolidado e ampliado, procurando minimizar os conflitos que persistem. A continuidade da experiência de gestão compartilhada, neste ano de 2016, tem sido conduzida pelos esforços da equipe técnica do Condephaat, por meio da historiadora Débora Regina Leal Neves com o respaldo da presidência do órgão e do conselho, que promoveram, em abril deste ano, uma reunião do colegiado nas dependências da própria Vila Maria Zélia, fato inovador nas políticas de preservação.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS: A CASA, O PATRIMÔNIO E O TRABALHADOR

Pensar a habitação como patrimônio na perspectiva do sujeito operário/trabalhador significa atentar para as condições específicas deste objeto e os seus significados sociais. A experiência de convívio na Vila Maria Zélia permite destacar algumas delas.

A casa do trabalhador é, na maioria das vezes, seu maior e único patrimônio, que é fruto do suor do trabalho ao longo de décadas e, portanto, seu lugar de vida. As principais economias são empregadas e investidas no cuidar da casa e isso significa, para ele, zelar pelo patrimônio. Os cuidados com a conservação da casa incluem a atualização dos materiais construtivos, trocar uma janela atacada por cupins por uma nova e mais moderna, ou o telhado com goteira por novas telhas disponíveis no mercado. Substituir materiais construtivos antigos e desgastados por aqueles mais atuais e baratos é uma rotina quando se trata da casa do trabalhador e da moradia popular, ao contrário do palacete do paulista abastado.

Para Bachelard (2008): “[...] a casa é o nosso canto do mundo. Ela é, como se diz amiúde, o nosso primeiro universo. É um verdadeiro cosmos”. Isso significa que, para ela dedicam-se todos os esforços do trabalho, os recursos poupados para melhorar sua condição.

A casa do trabalhador muda no tempo, assim como mudam a sociedade, o trabalho e o próprio trabalhador. É no contexto da metrópole de São Paulo, nos anos 1980, que ocorreram profundas transformações no mundo do trabalho, com indústrias transferindo-se para novos espaços e outras fechando ou demitindo mão de obra por força da reestruturação

produtiva. Brás, Belém e Belenzinho, chamados no início do século XX de “outra cidade” ou “bairros do além-Tamanduateí”, a partir dos anos 1980 têm transformada a sua paisagem urbana com antigas unidades fabris tornando-se ruínas e, mais recentemente, condomínios residenciais. O emprego industrial encolheu, o operariado se reduziu e o desemprego aumentou. É nesse conjunto de novas condições que ocorreu o tombamento da Vila Maria Zélia, momento em que o mundo fabril já não era o mesmo dos primórdios da industrialização. Seria possível, nessas condições, querer preservar na íntegra a casa do operário, o qual, inclusive, já não é mais operário e, por vezes, se encontra ainda expropriado do mundo do trabalho fabril?

Na fala dos moradores constata-se essa mudança que foi ocorrendo paulatinamente na Vila, não apenas do ponto de vista físico, pelas reformas nas casas, mas também de conteúdos sociais, já que não se trata mais de uma vila de operários ligados a uma tecelagem.

Quando cheguei aqui na Vila, em 1985, tinha muito mais casas ainda amarelinhas, de portinhas e janelas marrons. Era uma ou outra que estava reformada. A minha casa já tinha sido descaracterizada, ela seria o lado do chalezinho. Mas não era mais, já havia sido mudada.

[...] Tem ainda muita gente que tem uma coisa de pequeno, do tempo da indústria. Mesmo que não fosse mais a indústria da Juta, tinha a Goodyear e muita gente que trabalhava na Goodyear ou trabalhava com tecelagem aqui perto. Mas eu cheguei numa época (1985) que já não era mais muito isso. (Moradora A, depoimento. SCIFONI, 2015)

Vê-se que o trabalhador se transforma e as necessidades cotidianas e da vida familiar também, e a casa acompanha as mudanças da sociedade. Assim, é preciso mais espaço para abrigar a vida da família do trabalhador.

Minha casa já estava reformadinha, mas o teto ainda era alto e tinha porão. Mas depois, para meu filho casar, a gente tirou uma parede, alargou o banheiro, que era pequenininho, aterramos o assoalho e fizemos a laje. (Moradora C, depoimento. SCIFONI, 2015)

Nesse sentido, ainda que o patrimônio signifique a ideia de garantir permanência ao longo do tempo, é preciso, também, compreender que aqui se trata de um patrimônio intensamente usado, inserido em uma rica dinâmica

cotidiana de vivência das camadas populares, que se modifica no tempo. Esse patrimônio não diz respeito ao palacete antigo que se transforma em museu, mas da casa única do trabalhador, onde ele vive e constrói suas lembranças e sua trajetória. A política de patrimônio, para ser efetiva, deve levar em conta esta realidade e compreender que:

[...] a casa é uma das maiores (forças) de integração para os pensamentos, as lembranças e sonhos do homem. Nessa integração, o princípio de ligação é o devaneio. O passado, o presente e o futuro dão a casa dinamismos diferentes, dinamismos que não raro interferem, às vezes se opondo, às vezes excitando-se mutuamente. Na vida do homem, a casa afasta contingências, multiplica seus conselhos de continuidade. Sem ela, o homem seria um ser disperso. Ela mantém o homem através das tempestades do céu e das tempestades da vida. É corpo e alma.
(BACHELARD, 2008, p. 25)

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Margarida Maria. *Os bairros de além-Tamanduateí: o migrante e a fábrica no Brás, Mooca e Belenzinho*. 1991. 253f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991.

BACHELARD, Gaston. *A poética do espaço*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

BLAY, Eva A. *Eu não tenho onde morar: vilas operárias na cidade de São Paulo*. São Paulo: Studio Nobel, 1985.

CONSELHO DE DEFESA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO ARQUEOLÓGICO, ARTÍSTICO E TURÍSTICO - CONDEPHAAT. *Processo n. 24.268/1985: Tombamento da Vila Maria Zélia, localizada à Rua Adilson Faria Claro, nesta capital*. São Paulo, 1985.

DECCA, Maria Auxiliadora G. *Resenha histórica/Processo de Tombamento da Vila Maria Zélia, localizada à Rua Adilson Faria Claro, nesta capital*. p. 35-62, 1987.

DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO - DPH. *Guia dos bens culturais da cidade de São Paulo*. São Paulo, 2012.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN. *Portaria n. 137 de 2016*. Estabelece diretrizes de Educação Patrimonial no âmbito do Iphan e das Casas do Patrimônio. Brasília, 2016.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

NASCIMENTO, Flávia B.; SCIFONI, Simone. *Preservación del patrimonio y participación social: las experiencias em Iguape y Registro (San Pablo, Brasil)*. *Revista America Patrimonio - Patrimonio cultural y sociedade civil*, Chile, ed. 7, p. 128-135, 2. sem. 2015a.

..... O tombamento de Iguape como patrimônio nacional: novas práticas e políticas de preservação. *Revista Parq. Pesquisa em Arquitetura e Construção*, Campinas, v. 6, n. 1, 2015b.

RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar e a resistência anarquista*. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

REDE PAULISTA DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL - REPEP. *Princípios de educação patrimonial*. Disponível em: <<http://www.repep.flch.usp.br>>. Acesso em: 20 set. 2016.

RODRIGUES, Marly. *Imagens do passado: a instituição do patrimônio em São Paulo 1969-1987*. São Paulo: Editora da Unesp, 2000.

SCIFONI, Simone. *Recaracterização participativa da Vila Maria Zélia: relatório final*. São Paulo: DPH, 2015.

TEIXEIRA, Palmira Petratti. *A fábrica do sonho: trajetória do industrial Jorge Street*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.